



# XICBPE

## CONGRESSO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

---

CUIABÁ - MT

11 a 14 de setembro de 2018

### **Arranjo institucional do setor de E&P de petróleo no Brasil: transição de competências dos agentes públicos**

Nathália Weber Neiva Masulino<sup>1</sup>

Hirdan Katarina de Medeiros Costa<sup>2</sup>

Edmilson Moutinho dos Santos<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O trabalho tem como objetivo analisar a transição de competências entre os agentes públicos ligados à regulação do setor de E&P de petróleo e gás brasileiro e suas relações a partir da introdução do regime de partilha de produção. A partir da leitura das Leis Nº 9.478/97 e Nº 12.351/10, foram identificadas e analisadas as transições de competências entre Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Petróleo Pré-sal S.A. (PPSA). A análise consistiu no levantamento das funções estritamente relacionadas ao setor de E&P, por órgão, antes e depois da introdução da Lei Nº 12.351/10, sendo então evidenciadas as transições por grupos de atividades, e descartados aqueles que não apresentaram mudanças de competências. Os resultados demonstram a alteração de paradigma entre as duas leis, com destaque para maior presença do Estado nas atividades econômicas: atuação da União nas decisões operacionais [por meio da PPSA], operação exclusiva da Petrobras, atribuição de funções ao MME, CNPE e Presidência da República. Somam-se a essas mudanças novos processos decisórios na definição

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo - Instituto de Energia e Ambiente

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo - Instituto de Energia e Ambiente

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo - Instituto de Energia e Ambiente

dos blocos, na regulamentação das licitações e nos acordos de individualização da produção, que destituem parcialmente o poder de decisão conferido à agência regulatória em benefício de órgãos com maior dependência política. Conclui-se que a adoção da partilha de produção, criação de uma empresa pública e a redistribuição dos papéis promoveram um aumento da complexidade institucional do setor de E&P brasileiro, que dificulta a coordenação entre os agentes públicos, aumentam os custos de transação e a morosidade dos processos, exigindo um importante período de adaptação ao novo arranjo institucional.

**Palavras-chave:** Mudanças legislativas no E&P, papel do Estado, competências das esferas estatais, concessão e partilha de produção.

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the transition of competences among the public agents linked to the regulation of the Brazilian oil and gas E & P sector and their relations since the introduction of the Production Sharing regime. The National Energy Policy Council (CNPE), the Ministry of Mines and Energy (MME), the National Petroleum, Natural Gas and Biofuels Agency (ANP) and Petroleum Pre-salt SA (PPSA). The analysis consisted of a survey of the functions strictly related to the E & P sector, by body, before and after the introduction of Law N<sup>o</sup> 12.351 / 10, and then the transitions by groups of activities were evidenced, being discarded those that did not present changes of competences. The results demonstrate the paradigm shift between the two laws, with emphasis on the greater presence of the State in economic activities: the Union's performance in operational decisions [through PPSA], Petrobras' exclusive operation, assignment of functions to MME, CNPE and Presidency of the Republic. Added to these changes are new decision-making processes in the definition of the blocks, in the regulation of bids and in the agreements of individualization of production, which partially overrules the decision-making power conferred on the regulatory agency for the benefit of organs with greater political dependence. It is concluded that the adoption of production sharing, creation of a public company and the redistribution of roles promoted an increase in the institutional complexity of the Brazilian E & P sector, which hinders coordination among public agents, increases

transaction costs and rises the slowness of processes, requiring an important period of adaptation to the new institutional arrangement.

**Keywords:** Legislative changes in the E & P, role of the State, competences of the state spheres, concession and production sharing.